



PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE FEIRA DE SANTANA/BA: UM RELATO DA GESTÃO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PRINCESA DO SERTÃO

Aloma Galeano¹

Maylla Pita²

1 CONTEXTO E LUGAR: A TESSITURA DO CENÁRIO FEIRENSE

Apelidado como “Princesa do Sertão” em meados de 1919 pelo intelectual Ruy Barbosa, o município de Feira de Santana está situado em uma região considerada zona de transição entre o litoral e o sertão da Bahia. Localizada a apenas 108 km de Salvador, capital baiana, é a segunda mais populosa cidade do estado, creditada como um importante centro urbano, político, educacional, comercial e cultural do interior do estado. Sede de uma Região Metropolitana que é formada por seis municípios³, é também integrante do Território de Identidade Portal do Sertão⁴, de acordo com classificação do governo da Bahia. A cidade possui uma posição central no estado e conta com acesso aéreo e várias rodovias⁵, o que acaba por ampliar ainda mais sua influência no interior baiano. A ideia de uma vocação comercial fundamentada pela história oficial desde a sua fundação, cuja intensificação foi dada no século XX, no auge da industrialização local, muitas vezes, faz predominar apenas esta característica em detrimento da diversidade que compõe a teia cultural

¹ Gestora e produtora cultural, mestra pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

E-mail: aloma.galeano@gmail.com.

² Gestora e produtora cultural, mestra pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia e graduada em Produção Cultural pela mesma instituição.

E-mail: cmaylla@gmail.com.

³ Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

⁴ Classificação adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) na Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, que compreende que a Bahia está integrada por 27 territórios constituídos a partir da especificidade de cada região, sendo o Portal do Sertão um desses territórios que reúne 17 municípios.

⁵ Feira de Santana atende as rodovias federais BR-116, BR-324 e BR-101, e as rodovias estaduais BA-052, BA-502, BA-503, BA-499, BA-504 e BA-513.

de Feira de Santana, silenciando, desse modo, outras identidades e características fundamentais para a compreensão de todo o contexto feirense.

O fato de Feira de Santana possuir uma localização geográfica em meio a um grande interposto rodoviário, assim como a intensidade do comércio e da indústria da cidade, são aspectos que devem ser considerados para compreendermos uma falsa ideia de que a Princesa do Sertão, por se localizar em uma região de passagem, não poderia derivar identidades, e as tradições obteriam características mais fluidas, constituindo-se um imaginário da cidade como um lugar transitório e de ausência de tradição. No entanto, essa visão equivocada é facilmente refutada ao notarmos que Feira apresenta dinâmicas culturais e identitárias diversas, envolvendo artistas, profissionais de gestão e produção, espaços culturais e grupos (urbanos e rurais, contemporâneos e tradicionais). Nesse sentido, a cidade não abriga somente um lugar de trocas comerciais macrorregionais que, em muitos casos, extrapolam as fronteiras do estado, mas corresponde também a um lugar de permanências, onde a diversidade cultural existe, se transforma, resiste e dá também o tom dessa grande tessitura que é o cenário feirense.

Compreendendo, portanto, que a “Princesa” preserva não somente aspectos econômico-industriais, mas também uma diversidade cultural que é punjante, vale destacar similarmente o aspecto da renda local e do paradoxo existente na relação econômica da distribuição *versus* concentração. Um contraste comum a cidades que optam por um modelo de gestão baseado no desenvolvimento exclusivamente industrial e comercial assentado numa herança colonial, escravocrata brasileira, cujas raízes autoritárias de poderes governamentais repercutem pouca ou quase nenhuma participação da sociedade civil. Trata-se de um município destoante em relação à geração de renda. O que se percebe é que em Feira de Santana existe uma significativa desigualdade social. De acordo com o diagnóstico produzido pelo Galpão Cine Horto (2016), “O município tem Índice de Gini igual a 0,6, o que indica uma grande concentração de renda e uma situação perversa na desigualdade social no território” (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p. 31). Sendo assim, apesar de haver a predominância na cidade de atividades industriais que atingem larga escala comercial, isso não parece ser suficiente para suprir necessidades básicas para o bem-estar de todos os cidadãos feirenses. Reflexo de uma realidade municipal onde o potencial criativo local – permeado pelas atividades artísticas e culturais, por importantes espaços de reflexão, crítica social e cultural promovidos pelos agentes culturais e instituições de ensino da cidade – não é considerado como ferramenta para o impulsionamento cultural, social e econômico da cidade.

Sendo assim, Feira compreende mais um caso brasileiro de uma gestão pública pouco atenta aos potenciais simbólicos e tradicionais locais, no qual o embasamento administrativo se limita aos preceitos da economia tradicional, perdendo de vista a oportunidade de investir em aspectos cuja base é oriunda de uma diversidade cultural endógena. A falta do entendimento ampliado do termo “cultura” e a ausência de uma visão que associe a cultura a uma compreensão de desenvolvimento mais cidadão e integrado evidenciam uma postura omissa de governos pouco afeitos a noções mais contemporâneas de usos mais sustentáveis da cidade. Para a UNESCO, a “cultura” é um dos dezessete objetivos propostos para transformar o mundo e está prevista na agenda 2030⁶ para o desenvolvimento sustentável. Segundo trecho extraído do texto que aborda a questão da cultura na respectiva agenda:

Colocar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento constitui um investimento essencial no futuro do mundo e uma pré-condição para processos de globalização bem-sucedidos que levem em consideração o princípio da diversidade cultural (UNESCO, 2015).

Institucionalmente, no âmbito da gestão municipal da cultura, a cidade de Feira de Santana é marcada por um histórico de fragilidade no que tange às políticas para o setor, que não acompanham a diversidade e a potência das instituições, manifestações e identidades culturais locais. Aqui, assim como em grande parte dos municípios baianos, a gestão municipal da cultura se dá a partir de uma secretaria que concentra também políticas, projetos e ações para o esporte e o lazer, daí Secel – Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – cuja criação recente, datada de 1995, associada à dificuldade de acompanhamento do órgão das demandas locais já refletem, sobremaneira, grande parte das fragilidades de uma administração realmente focada na instauração de políticas culturais na cidade.

De acordo com relato previsto no Plano de Cultura de Feira de Santana acerca do histórico de derivação de órgãos gestores de cultura em âmbito local, a Secel, prevista na Lei nº 1.802 de 1995, surge com a finalidade de exercer, orientar e coordenar as atividades pedagógicas, cabendo-lhe, através do Departamento de Cultura:

apoiar, juntamente com o conselho de festejos populares, todas as manifestações folclóricas e populares do município; promover e

⁶ Chefes de Estado, líderes governamentais e representantes de alto nível da ONU e da sociedade civil se reuniram em setembro de 2015, na 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, e adotaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a composição de uma agenda universal.

organizar as atividades culturais e artísticas, centralizadas no município, mobilizando os meios necessários; preservar, situar, ampliar e divulgar o patrimônio histórico-cultural e artístico do município; e promover, desenvolver e administrar as atividades de artes plásticas, literatura, artes-cênicas, música, audio-visual, bibliotecas e demais espaços culturais do município (FEIRA DE SANTANA, 2014).

Dez anos após a criação da Secel, foi criada a Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa, órgão da administração pública descentralizada que, em linhas gerais, passou a assumir competência de gestão da cultura em Feira, acolhendo em sua estrutura física o Departamento de Cultura da Secel e todas as suas responsabilidades. Ademais, entre as finalidades que constam na lei de criação da Fundação, dois pontos merecem destaque, a saber: 1) a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de um Plano de Desenvolvimento Cultural do Município; 2) a promoção de meios que permitam a participação e a decisão da comunidade no âmbito da política cultural do município.

Porém, desde a constituição da Secel como parte da estrutura organizacional da prefeitura de Feira, passando pela criação da fundação, foi somente em 2014, através do 18º gestor da referida secretaria, Jailton Batista (2013-2015), que foram dados passos consistentes rumo ao planejamento das políticas culturais para a cidade, através da elaboração do Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana.

Naquele período, registrava-se a realização de três conferências de cultura em âmbito nacional e cinco conferências estaduais, processo protagonizado pelo extinto Ministério da Cultura – MinC⁷, atualmente denominado Secretaria Especial de Cultura, e pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – Secult, BA, que mobilizaram todo o país rumo à implantação dos Sistemas de Cultura. Sendo a Bahia um dos estados que deslanchou nesse processo, Feira, a Princesa do Sertão, seguiu o fluxo e, a partir dos resultados obtidos através das conferências municipais já realizadas e de todo o aparato compartilhado pela União e pelo Estado como estímulo para criação do sistema pelo município, iniciou o processo de elaboração do Plano de Cultura da cidade.

⁷ Em 2019 passou a vigorar uma nova regulamentação do Governo Federal, a qual extinguiu o MinC, substituído pela Secretaria Especial da Cultura no âmbito do Ministério da Cidadania, através do Decreto nº 9.674/2019.

2 A CONCEPÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

O processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana foi desenvolvido ao longo de 2014, pela comunidade artística, por pesquisadores, conselheiros de cultura e representantes de órgãos gestores de cultura⁸ do Poder Executivo. Na época, o objetivo era compreender as atividades culturais e os processos produtivos relacionados aos setores criativos diversos em andamento na cidade, reconhecendo a diversidade cultural como principal matriz de todas as demandas que estavam em vigor e das quais tínhamos conhecimento naquele período. A intenção era de atentar para as várias propostas elencadas em processos participativos (fóruns e conferências) que, até então, estavam arquivadas e não eram utilizadas para o planejamento da gestão pública da cultura no município. Tais propostas, na realidade, tratavam-se de pleitos diversos encaminhados por cidadãos feirenses ao poder público local, correspondendo a proposições afeitas a uma multiplicidade de saberes e de identidades culturais locais que há muito não adquiriam a importância no campo das políticas públicas. Conforme Carta Aberta feita pelo Fórum Permanente de Cultura de Feira de Santana⁹:

O Plano Municipal de Cultura foi construído pela Sociedade Civil e Poder Público e representa a institucionalização das políticas públicas de cultura que são desejadas há anos por artistas, produtores, gestores e cidadãos feirenses, mas que nunca foi posto em prática desta forma (FÓRUM PERMANENTE DE CULTURA, 2015a).

Conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), que prevê como objetivo principal o fortalecimento de políticas culturais por meio de institucionalização e ampliação da participação social para promover desenvolvimento (humano, social e econômico), a produção do PMC derivou da convicção de que a participação social era imprescindível para a execução de políticas públicas que atendessem um desenvolvimento verdadeiramente endógeno. Portanto, durante a construção desse instrumento de gestão era latente a consciência de que não era possível assumir um planejamento no campo da gestão pública sem que ele estivesse inerente às reais necessidades apontadas pela população. Todavia, a fim de descrever melhor como se

⁸ Feira de Santana possui em sua estrutura dois órgãos gestores oficiais de cultura que são a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e a Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa.

⁹ Organização informal que reúne pessoas atuantes no segmento cultural em Feira de Santana nas mais variadas linguagens. Foi criado em 2011 com a proposta de debater políticas públicas, de fomento e incentivo, e articular ações em prol do campo da cultura.

desenvolveu a concepção do PMC de Feira de Santana e a experiência adquirida ao longo do processo, é preciso entender as circunstâncias que alinharam a metodologia utilizada aos princípios de democratização na elaboração do documento, assim como também verificar qual foi o resultado conferido. Por isso, este texto está organizado em duas etapas: 2.1 A metodologia utilizada e a participação social ativa e 2.2 O resultado do processo.

2.1 A METODOLOGIA UTILIZADA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ATIVA

A ideia de elaborar um Plano de Cultura para Feira de Santana já se apontava como uma missão laboriosa devido ao contexto e lugar abordados anteriormente. A proposta da construção trazia como principais desafios: a visibilidade à multiplicidade de demandas apontadas em instâncias democráticas anteriores, há muito desassistidas e ignoradas; e a garantia da participação popular durante o processo. A cidade possuía um histórico bastante omissivo no que diz respeito à gestão pública no setor de cultura. Apesar de existirem registros da realização de conferências e fóruns em Feira, datados do período das gestões de: Gilberto Gil e Juca Ferreira (na esfera nacional) / Márcio Meireles e Albino Rubim (na esfera estadual) – época na qual a Secretaria Especial de Cultura (antigo MinC) e a Secretaria de Cultura da Bahia realizavam auxílios e orientações técnicas *in locus* para implantação dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura –, boa parte das proposições elencadas pela sociedade não foram efetivadas, servindo muito mais para composição de um arquivo morto da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer e da Fundação Cultural Egberto Tavares Costa, do que para o implemento de ações através da gestão municipal. O caso feirense ilustra muito bem o modelo de uma administração pública herdada do autoritarismo estrutural incrustado como uma das tradições de nossa história cultural (RUBIM, 2007). No período em que se cogitava elaborar um instrumento de gestão, estava vigente ainda a visão elitista e limitada da cultura, que a associava apenas ao patrimônio (material) e às expressões artísticas como: música, teatro, dança e artes visuais.

Em virtude dos desafios apresentados, a metodologia utilizada para elaboração do Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana foi fundamentada nas formulações que estavam sendo executadas nos contextos nacional e estadual, baseando-se em uma concepção de cultura que reconhece, para além do patrimônio material e das

expressões artísticas, outras representações e manifestações tais como: as culturas populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; identitárias; audiovisuais; das redes e tecnologias digitais (RUBIM, 2008). Assim, o procedimento conduzido balizou-se em fontes como a Lei Orgânica de Cultura da Bahia, o Plano Estadual de Cultura da Bahia, o Sistema e o Plano Nacionais de Cultura. A mesma base serviu de referência para convencer o poder executivo local e a sociedade civil sobre a necessidade da participação popular durante a construção do plano. Justamente a sociedade civil, a quinta entidade pactuante do SNC, foi convocada a participar do processo de gestão e promoção de políticas democráticas e permanentes (CUNHA; RIBEIRO, 2013).

A fim de compreendermos como se desenvolveu a metodologia para a elaboração do Plano de Feira, detalharemos a seguir o processo, dividindo-o em três etapas, a saber: Momento 1 – convocação da sociedade civil e elaboração de diagnósticos setoriais de cultura; Momento 2 – definição de elementos integrantes do Plano; Momento 3 – apresentação e consulta pública.

Durante o momento 1, aconteceu uma reunião com os conselheiros municipais de cultura, dentre representantes do poder público e da sociedade civil, para que juntos identificassem as áreas representativas da diversidade cultural local e os setores que seriam discutidos ao longo do processo de elaboração do plano. Foram realizados, então, encontros setoriais durante um semestre, sob a condução de Aloma Galeano, diretora de cultura do município no período e também mentora da metodologia do PMC, e dos conselheiros municipais de cultura, que se organizaram em comissões específicas para analisar e debater as potências, fragilidades e demandas de cada área temática. Ao todo foram formadas 10 comissões¹⁰. Tais encontros, além de serem abertos ao público, contavam ainda com participação de alguns convidados atuantes nos diversos segmentos em pauta. Naquele momento, o objetivo era desenvolver um diagnóstico do cenário artístico e cultural local.

No segundo momento de desenvolvimento da metodologia, foram definidas as diretrizes, as prioridades, as estratégias, os objetivos, as metas e ações do Plano Municipal de Cultura da cidade. Essa construção teve como base os dados e as informações extraídos dos diagnósticos setoriais (delineados na etapa anterior), e das propostas elaboradas em conferências e fóruns de anos anteriores, e também

¹⁰ Para a elaboração do diagnóstico do PMC de Feira de Santana foram criadas as comissões de: Artes Cênicas e Música; Patrimônio Material, Imaterial e Natural; Livro e Imprensa; Artes Visuais e Artesanais; Design e Serviços Criativos; Audiovisual e Mídias Interativas; Educação e Qualificação Cultural; Memória e Preservação; Espaços Culturais; e Gestão Cultural.

aconteceu em observação às metas do Plano Nacional de Cultura. Inicialmente, foi feita uma sistematização de todas as propostas, indicando quais delas seria possível incluir na minuta do Plano. Além disso, foi feita a escolha das diretrizes, prioridades e metas do PNC em observação às demandas locais anteriormente identificadas.

A condução desta segunda etapa se deu a partir da organização de grupos de trabalho compostos pelos conselheiros de cultura do município, representativos dos segmentos artísticos de Feira, e durou três meses. É válido informar que durante todo o processo de elaboração do PMC, a participação dos conselheiros, representantes da sociedade civil, foi fundamental para o empoderamento sobre uma perspectiva futura de ações na área da cultura em Feira de Santana. Naquele momento entendíamos que se desenhava, pela primeira vez na cidade, uma política pública de cultura, uma vez que estávamos (poder público e sociedade civil) elaborando uma concepção de política cultural submetida à participação social, através de debates e crivos públicos.

Por fim, foi iniciado o terceiro momento de produção do Plano em setembro de 2014, que consistiu em um espaço de publicização dos resultados, ainda em processo, do trabalho desenvolvido nos meses anteriores, apresentação da metodologia utilizada e do plano de metas constantes na minuta do PMC de Feira de Santana. Este espaço foi denominado como Fórum Municipal de Cultura, que foi convocado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer e organizado pelos conselheiros municipais de cultura de Feira. O encontro teve mais caráter consultivo do que participativo. Na ocasião, foi anunciada e iniciada a consulta pública em relação ao documento elaborado, que se deu de modo virtual, e em um período de 30 dias após a realização do Fórum, através da disponibilização da minuta do site da prefeitura. O método de participação utilizado na consulta se baseou no mesmo modelo criado pelo Governo do Estado durante implantação do Plano Estadual de Cultura. Ao término do período, não foram registradas muitas contribuições, sendo que os poucos comentários localizados não sugeriam exclusão e nem alteração dos itens, mas sim elogios ao processo.

2.2 O RESULTADO DO PROCESSO

Compõem a minuta final do PMC de Feira de Santana: o diagnóstico artístico-cultural da cidade, 10 diretrizes, 10 prioridades, 13 estratégias, 16 objetivos, 16 metas e 104 ações. Ademais, constam no documento indicadores, resultados e instâncias de

gestão responsáveis por realizar e garantir as ações previstas. O diagnóstico apontado no início da minuta inclui: histórico-social de Feira de Santana; o histórico da gestão municipal de cultura; os recursos orçamentários disponibilizados na cultura pela gestão desde a criação dos órgãos gestores de cultura e os diagnósticos setoriais. As diretrizes e as prioridades foram elaboradas em consonância com os Planos Estadual e Nacional de Cultura, mas houve a escolha daquelas que mais se adequavam ao contexto feirense. As estratégias foram definidas a partir das diretrizes. No campo das ações desenvolvidas para atender as metas estabelecidas, é salutar atentar que existe mais de uma ação relacionada a uma mesma meta.

Há de se frisar que toda a divulgação e mobilização desde o processo de elaboração do PMC até a fase de consulta pública não obteve investimento orçamentário do governo municipal. A maioria dos comunicados foi transmitida pelos conselheiros, representantes da sociedade civil, e produzida com base no corpo a corpo, boca a boca e nas redes sociais. Após a consulta pública foi convocada uma reunião de avaliação com o Conselho de Cultura pelo Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

O alinhamento entre o que se propõe no plano feirense e a correspondência com as orientações transmitidas pelo Sistema Nacional de Cultura e pela Lei Orgânica de Cultura da Bahia esteve presente em todas as etapas de confecção até finalização do PMC. Inclusive a prioridade em atender aos princípios instaurados pelo extinto MinC e pela SecultBA fez com que, à luz dos instrumentos nacional e estadual já vigentes naquele momento, as metas e os objetivos traçados no plano não dessem conta com clareza dos 10 anos de sua permanência. Conforme defende Reis, o Plano Nacional não demonstra capacidade de propor uma transformação efetiva para o setor cultural após sua implementação devido à aparente inexistência das suas metas e objetivos, sobretudo pela abrangência de temas e áreas culturais: “O modelo elaborado pelo MinC poderá contribuir para a construção de planos frágeis, [...] já que o plano nacional é o documento de referência” (REIS, 2010, p. 63).

Por último, há de se destacar também que tal qual o parâmetro seguido, faltou no PMC uma projeção dos recursos orçamentários envolvidos para atender às ações que parecem em uma quantidade excessiva. Ainda que o plano de Feira tenha proposto um cronograma de ações, bem como o acompanhamento e avaliação de resultados, não há uma previsão financeira das ações. Existiu a intenção de assegurar uma política pública para o setor e de dar conta dos anseios dos feirenses, por isso a atenção com as propostas esquecidas na gaveta da Secretaria, uma vez que as

conferências são espaços para derivar necessidades, desejos, anseios e ações para o campo cultural, não para traçar aspectos fundamentais da gestão de políticas públicas, como projeção de recursos orçamentários, prazos, meios de acompanhamento e avaliação (VILUTIS, 2012).

3 “DESENGAVETA O PLANO, PREFEITO”: UM BREVE RELATO SOBRE A MOBILIZAÇÃO NUM CENÁRIO PÓS PLANO

Diante do cenário anteriormente apresentado no que tange à tessitura cultural da cidade de Feira de Santana, chegar ao final de 2014 com o Plano Municipal devidamente finalizado e pronto para votação pelo Legislativo correspondeu a um grande avanço, sobretudo porque, apesar da necessidade de construção do documento ter sido apontada em julho de 2005, através da Lei nº 2.592, que criou a Fundação Cultural Egberto Costa, a quem compete a execução da gestão pública da cultura na cidade desde então, foram necessários quase 10 anos e a passagem de sete secretários pela Secel para que o documento fosse, de fato, elaborado.

Nesse sentido, o ano de 2014 foi um período marcante na história da cidade, principalmente em relação ao exercício da participação social – finalidade basilar de um órgão que se propõe à execução de uma gestão verdadeiramente democrática – também prevista pela lei supracitada, que se efetivou a partir da presença da sociedade civil nas conferências, mas, sobretudo, da incisiva participação de representações da classe artística no processo de elaboração do plano através do Conselho Municipal de Cultura.

Ao final de 2014, já com o documento elaborado, Feira dispunha de um cenário favorável no contexto dos Sistemas de Cultura, caminhando a passos largos, e em curto período de tempo, rumo ao fortalecimento institucional da política cultural do município. Com o Sistema Municipal de Cultura instituído através da Lei nº 3.3836, de 2013, e já possuindo órgão gestor de cultura, Fundo Municipal de Cultura, ainda que sem regulamento e com conta inativa, e um conselho atuante neste processo, o próximo importante passo a ser dado naquele momento era, de fato, a aprovação do Plano Municipal de Cultura pela câmara de vereadores e o início da sua execução. O próprio documento, inclusive, prevê no arcabouço de metas e ações a executar importantes encaminhamentos rumo ao fortalecimento do sistema, tanto através da criação dos demais elementos que o compõem – a exemplo da 12ª meta do

documento, que aponta a criação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais até 2020 – como também a partir do fortalecimento das instâncias e ferramentas institucionais já existentes no SMC de Feira.

Nesse sentido, é importante destacar algo que já foi pontuado neste artigo, que é o alinhamento entre as metas do Plano Nacional e o planejamento da Política Municipal de Cultura através da elaboração do plano, que encadeava os elementos do sistema que a cidade já dispunha com aqueles que ainda precisavam ser encaminhados, criados e executados. Assim, pelo trajeto percorrido em 2014, a expectativa que se criou caminhava no sentido da aprovação do plano pelo Legislativo e do início de uma política consistente para as artes, para a diversidade de manifestações, grupos, espaços e identidades culturais locais. Isso, no entanto, não aconteceu.

Após os avanços conquistados naquele momento de alinhamento e fortalecimento da institucionalização das políticas culturais nacional, estadual e municipal, uma reviravolta resultou na saída do então Secretário de Cultura, Esporte e Lazer, Jailton Batista, da prefeitura de Feira – e de alguns dos seus respectivos gestores – resvalando na recorrente mudança de paradigmas e de prioridades para a pasta. A partir daí, alguns desafios se apresentaram para os agentes culturais, naquele momento, ávidos pela implantação das metas do PMC.

O primeiro desafio foi o encaminhamento do plano elaborado para votação pelo Legislativo. Meses após a finalização da minuta do PMC, o documento sequer havia sido encaminhado para a Câmara de Vereadores, ficando retido durante meses no gabinete da prefeitura, refletindo claramente uma mudança de prioridade em relação à institucionalização da cultura pelo poder público municipal e o novo direcionamento que se pretendia dar para tais questões a partir dali. Assim, a sociedade civil, muito mais atenta e instrumentalizada após a experiência vivenciada no ano anterior, totalmente pautada na participação e no protagonismo da sociedade civil para elaboração do plano, parte para o embate com a prefeitura da cidade. Em abril de 2015, foram convocados pela primeira vez, através da página do Fórum Permanente de Cultura em rede social, artistas, trabalhadores da cultura, mestres e mestras tradicionais, ativistas e agentes culturais de uma maneira geral, para a primeira de muitas reuniões que aconteceram a partir daí para discussão de necessidades e estratégias para o encaminhamento do PMC para votação na Câmara de Vereadores e imediata execução pelo poder público local.

Figura 1: Cards do Fórum Permanente de Cultura no período de mobilização após a elaboração do plano.



Fonte: Fórum Permanente de Cultura, 2015b.

Foi através do Fórum Permanente de Cultura que, naquele momento, o próprio Conselho de Cultura se articulou para convocar mais representantes da sociedade civil à participação, tendo em vista que, oficialmente, qualquer convocação oficial dessa instância dependia do Secretário de Cultura, Esporte e Lazer da cidade que, em conformidade com a Lei municipal nº 2.956, de 2008, preside o Conselho.

O Fórum Permanente de Cultura é uma organização informal, que reúne pessoas atuantes no segmento em Feira de Santana, nas mais variadas linguagens. O grupo é aberto, não possui estrutura diretiva verticalizada e foi criado em 2013 com a proposta de debater políticas públicas, de fomento e incentivo à cultura e articular ações para o setor. Sendo o período após a elaboração do plano marcado pela interrupção da tramitação do documento para a câmara, o Fórum Permanente acabou sendo a instância de maior legitimidade para que conselheiros, pontos de cultura, coletivos e demais representações da sociedade civil articassem estratégias de diálogo e pressão que rumassem à aprovação da lei.

Em virtude das articulações que aconteceram via Fórum, foi lançada virtualmente, em maio de 2015, a campanha Desengaveta, que mobilizou um número significativo de pessoas, via redes sociais e presencialmente, ao longo do ano. Entre as estratégias da campanha, vale destacar a mobilização virtual em torno das hastags “#naoengaveteoplanoprefeito” e “#desengaveteoplanoprefeito”.

Figura 2: Cards produzidos durante a campanha “Desengaveta”.



Fonte: Fórum Permanente de Cultura, 2015b.

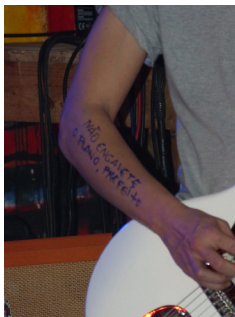
Com grande repercussão na rede, a primeira convocatória de adesão à campanha na página do Fórum Permanente de Cultura em rede social resultou em mais de 150 compartilhamentos e na reprodução do slogan da “Desengaveta” em adesivos, placas improvisadas, em instrumentos musicais ou ainda no próprio corpo das pessoas que transitavam pelos eventos e espaços da cidade.

Figura 3: Agentes culturais durante mobilização e campanha “Desengaveta”



Fonte: Fórum Permanente de Cultura, 2015b.

Figura 4: Mobilização e campanha “Desengaveta”



Fonte: Fórum Permanente de Cultura, 2015b.

Esse movimento também resultou em investidas junto aos vereadores da cidade para pressioná-los para votação do plano, episódio que foi adiado algumas vezes em virtude da contestação de um agente político, contrário à referência relativa à diversidade de gênero na minuta, motivo de grandes polêmicas no período. E na proporção que avaliamos o ano de 2014 como marcadamente propositivo, com muitos espaços de escuta e de encaminhamentos a partir do diálogo entre poder público municipal e sociedade civil, 2015 entrou para a história da cidade como um momento em que pequenos levantes comandados pelos agentes culturais feirenses demonstraram o potencial de mobilização da sociedade civil, que manifestou, de diferentes formas, a necessidade aprovação e de execução imediata das ações previstas pelo PMC.

Apesar da grande mobilização ao longo de 2015, o Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana só foi votado e aprovado dois anos após a sua elaboração e, a partir daí, nenhum encaminhamento foi dado em relação às metas previstas no documento que hoje constitui a Lei nº 3.643, de 24 de novembro de 2016, que institui o Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana.

4 RASTROS DEIXADOS NO TRAJETO

Em 2019, passados cinco anos da elaboração do Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana e dois anos da sua aprovação, o cenário revela um momento de

desgaste e esgotamento. Por um lado, o poder público municipal segue sem que haja uma priorização do Sistema Municipal de Cultura enquanto política. Como reflexo disso, a Secel executa ações e projetos de cultura desconectados com as demandas sociais, pouco consistentes ou democráticos e sem qualquer interlocução com o Estado e com a União. Por outro lado, a própria sociedade civil, após os episódios de grande participação e mobilização vivenciados entre 2014 e 2015, hoje carece de uma retroalimentação para manter o movimento.

Apesar do Fórum Permanente de Cultura seguir como espaço representativo para reunião dos agentes culturais da cidade, de cobrança, de proposição e de representação dos interesses culturais coletivos, o grupo também apresenta sinais de desgaste, demonstrando a necessidade de retroalimentação dos movimentos sociais e do amadurecimento de grupos colegiados tal como o Fórum.

Sobre a atual estagnação na cidade de Feira de Santana em relação ao plano, é salutar reconhecer que, se por um lado, cabe à gestão pública municipal o papel de executar políticas públicas para o campo da cultura, por outro, cabe aos agentes culturais da cidade ocupar os espaços de participação, acompanhar, apoiar ou pressionar a prefeitura na execução de tais políticas. Nesse sentido, do mesmo modo que grande parte dos ganhos obtidos ao longo do processo de elaboração do plano se deu a partir da participação social, as perdas, sobremaneira, também se relacionam com a desmobilização e a ausência dos agentes culturais feirenses no diálogo com o poder público, cenário que não se restringe à Feira, mas que se estende aos territórios e às políticas estaduais e nacionais de cultura.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Lei Estadual nº 12.365, de 30 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <<https://siic.cultura.ba.gov.br/pdfs/Lei-12.365-de-30-11-2011-Lei-Organica-da-Cultura.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. **Projeto de lei nº 20.864, de 2014**. Aprova o Plano Estadual de Cultura da Bahia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Legislativo, Salvador, BA, 3 jun. 2014. Seção 3. p. 9-14.

BRASIL. **Proposta de emenda à Constituição nº 416, de 16 de junho de 2005**. Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=290677>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

COSTA, Kátia Maria de Souza. Planos municipais de cultura e sua importância para a diversidade cultural. **Revista Observatório da Diversidade Cultural**, v 01, nº 01, p. 64-77, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodadiversidade.org.br/revista/edicao_001/Revista-ODC-001-06.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

CUNHA FILHO, F. H; RIBEIRO, S. Federalismo brasileiro: significados para a cultura. In: BARBALHO, A; BARROS, J. M; CALABRE, L. (Orgs.). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 13-41.

FEIRA DE SANTANA. **Lei nº 3643, de 24 de novembro de 2016**. Institui o Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2016/365/3643/lei-ordinaria-n-3643-2016-institui-o-plano-municipal-de-cultura-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

FÓRUM PERMANENTE DE CULTURA. **Carta aberta – Desengavete o Plano Prefeito**, 2015a. Disponível em: <<https://forumpermanentedeculturafsa.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. **Fotos de Fórum Permanente de Cultura**. Feira de Santana, 2015b. Facebook: Maylla Pita. Disponível em: <<https://www.facebook.com/F%C3%B3rum-Permanente-de-Cultura-FSA-537546026310990/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

FRANÇA, S. L. A. **A participação popular nos planos diretores municipais: uma estratégia de gestão democrática**. Grupo de trabalho: Participação e poder público. São Paulo; 1997. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/planos_diretores_e_participacao_popular.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

GALPÃO CINE HORTO. **Diagnóstico cultural de Feira de Santana**. 2016. Disponível em: <<http://galpaocinehorto.com.br/wp-content/uploads/Diagno%CC%81stico-Cultural-de-Feira-de-Santana-documento-final.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 16, n. 47, p. 333-513, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.

HOLANDA, Aline Gomes. **Democracia cultural e municipalização da cultura: o caso do Conselho Municipal de Cultura de Aracati**. Dissertação [mestrado em Políticas Públicas e Sociedade] – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/aline_holanda%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

REIS, Paula Félix dos. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: Edufba, 2010.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

TEIXEIRA, E. C. Movimentos sociais e conselhos. In: **Cadernos ABONG** nº 15, p. 7-20, julho., 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/238/ABONG_AS_ONGS_REALIDADE_BRASILEIRA%20-%207.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 14 mai. 2019.

UNESCO. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**, 2015. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/2030-agenda-for-sustainable->

development/unesco-and-sustainable-development-goals/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

VILUTIS, L. Planos municipais de cultura e participação social no fortalecimento de políticas culturais. **Políticas Culturais em Revista** [online], v. 5, n. 2, p. 135-150, 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewArticle/6751>>. Acesso em: 14 mai. 2018.